

Fé & Liberdade

Dom José da Cruz Policarpo*

A notícia da morte inesperada do Senhor Cardeal D. José da Cruz Policarpo, deixou de luto não apenas a Igreja mas também Portugal, porque o Patriarca Emérito de Lisboa foi uma grande figura nacional. O seu acabamento neste mundo permite-nos hoje olhá-lo na inteireza da sua vida, medir toda a riqueza multifacetada da sua personalidade de eleição, admirar o impacto extraordinário da sua actividade na vida da Igreja e no país, e fazer do seu percurso um balanço integral.

Dotada de uma invulgar inteligência e possuidor de uma vasta cultura, o Senhor Dom José foi uma notável figura da Igreja portuguesa, um académico prestigiado, um homem público que contribuiu, de forma decisiva e marcante, para a consolidação da democracia em Portugal, para as boas relações entre a Igreja e o Estado, no quadro da sua separação e colaboração, para a consciência crítica da evolução da sociedade portuguesa e para a sua evangelização, para a promoção do diálogo entre a religião e a cultura e entre a fé e a razão, do diálogo inter-religioso e ecuménico.

Nascido no seio de uma família cristã da região do Oeste, bem cedo descobriu a sua vocação sacerdotal, e mais tarde a sua vocação universitária. Acabaria por ser um bispo universitário, que deu o melhor da sua vida à fundação e construção da Universidade Católica Portuguesa, da qual foi professor, director da Faculdade



POR
**Manuel
Braga da
Cruz**

Professor Catedrático e antigo Reitor (2000-2012) da Universidade Católica Portuguesa

de Teologia, Reitor e Magno Chanceler. “Ninguém como ele conhece a Universidade Católica, desde o início aos tempos actuais. Ninguém, como para com ele, a Universidade tem tamanha dívida de gratidão. A sua vida confunde-se com ela”, escrevi em 2011. Nessa qualidade participou activamente na vida da Federação Europeia e da Federação Internacional das Universidades Católicas, de que chegou a ser Vice-Presidente, e onde gozava de merecido prestígio e reputação, tomando parte muito activa no processo de estreitamento das relações das Universidades Católicas com a Congregação romana para

a Educação Católica, que culminou com a publicação da *Ex Corde Ecclesiae* de João Paulo II, actual Magna Carta das Universidades Católicas

Foi no entanto como Patriarca de Lisboa e como Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa que o país e o mundo melhor o conheceram e admiraram. Ouvido por políticos e por intelectuais, respeitado por homens da comunicação social, da ciência, da cultura, das artes e das profissões liberais, com quem dialogava, deu dimensão pública à sua actuação episcopal, muito para além das fronteiras da Igreja. A sua voz era reconhecida e apreciada, mesmo por aqueles que não partilhavam a sua fé, nem o tinham como pastor.

Marcou a Igreja europeia como promotor dos Congressos para a Nova Evangelização, e a Igreja mundial como consultor da Congregação para a Cultura. Participou em conclaves e na eleição de dois papas, em sínodos e congressos internacionais. O seu nome era referenciado por membros de outras religiões e de

outras confissões cristãs.

D. José Policarpo foi, como teólogo, um homem do seu tempo, como universitário, um homem de ciência e de cultura, e como Patriarca e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, um construtor de pontes e relações de cooperação com o mundo.

1. D. José, como homem do seu tempo

Se tivesse de definir, concisamente, a sua passagem por este mundo, diria que D. José Policarpo foi um *homem do seu tempo*, que soube ler os sinais de Deus na história presente. As categorias habituais de conservador ou progressista não se adequam à caracterização da sua personalidade. Nunca olhou para o passado para se agarrar a ele para exorcizar o presente, sem contudo deixar de denunciar profeticamente os erros e desvios que presenciava. Mais do que disposto a condenar o mundo sempre se empenhou em salvá-lo, partindo daquilo que de maravilhoso e deslumbrante a vida dos homens nele vai deixando marcado. Aberto ao futuro, e aos novos problemas que se lhe colocavam, nunca desdenhou os ensinamentos da história. Olhava em frente, ancorado na tradição.

Atento aos *sinais dos tempos* – tema da sua tese de doutoramento – foi um homem de diálogo com o mundo, sem nunca se deixar confundir com ele. Sabia entender as interpelações actuais, numa perspectiva histórica e prospectiva, e responder-lhes com ousadia e prudência. Ler os sinais dos tempos era, para D. José Policarpo, fazer o “discernimento” dos sinais esperança de Deus no mundo. Para tanto, a atitude evangélica da Igreja não deve ser uma atitude defensiva do passado contra o presente, mas uma descoberta do sentido da esperança, uma interpretação ousada do que de bom e de mau o mundo é portador em cada época.

Preocupava-o a crise de cultura e de civilização que atravessou a sociedade portuguesa na transição do milénio, que

coincidiu com a sua ascensão ao Patriarcado de Lisboa e à presidência da Conferência Episcopal Portuguesa, crise essa traduzida pelas expressões de cultura de morte e pelas “rupturas fracturantes” com a tradição cultural portuguesa e com a influência da doutrina social da Igreja.

Foi particularmente crítico dessa evolução da sociedade e da política portuguesa, que denunciou profeticamente, sem que essa crítica envolvesse qualquer espécie de pessimismo sobre o tempo presente.

Não se coibiu de denunciar “forças de influência, ideológica ou política, normalmente importadas, que tentaram diminuir, ou mesmo anular, a matriz cristã da nossa cultura”, e “designios ocultos de contraditar a influência da Igreja” na sociedade portuguesa, críticas que lhe valeram ataques e incompreensões por parte de sectores mais intolerantes da vida pública.

Pretendeu repensar e reconstruir Portugal à luz da sua tradição humanista de inspiração cristã e da sua história.

Reconhecia que a igreja foi perdendo espaço na sociedade como fonte inspiradora de valores da humanidade, em virtude da secularização do mundo moderno, e que “a sua palavra e doutrina é frequentemente vista com desconfiança ou mesmo rejeitada por uma sociedade que considera ter encontrado a sua autonomia na construção da verdade”.

Numa Carta Pastoral à Igreja de Lisboa, em 2008, insistiu que “de pouco servem à Igreja, na realização da sua missão no mundo, lutas frontais com poderes estabelecidos ou outras compreensões estruturadas da sociedade”. Preferia outro caminho: o da fidelidade interna a Jesus Cristo e ao seu Evangelho e o do serviço à sociedade, à pessoa humana, suscitando pelo amor e pelo serviço, as sementes de esperança que ainda não morreram no coração dos homens.

Para ele, a Igreja, podia ajudar a transformar a sociedade, embora sem dominar, pela “autenticidade do testemunho

cristão das opções de vida, em tudo”.

Da mesma maneira, não aceitava que fossem outros a ditar orientações à Igreja. A Igreja não pode ceder às pressões da sociedade e dos media, em matérias doutrinais ou disciplinares, como no celibato eclesiástico, na ordenação de mulheres, na aceitação do divórcio e de segundos casamentos. “Adoptar, para estar próxima dos homens, os critérios do mundo é, para a Igreja, o caminho menos indiciado para mudar ao ritmo das exigências da missão” – sublinhou. Mesmo na mudança, a Igreja devia seguir critérios de fé, “ouvindo a palavra de Deus, escutando o magistério e sendo fiel à Tradição contínua da Igreja de 2000 anos de confronto com as mais variadas situações humanas”.

Reconhecia que a sociedade tentava impor à igreja “a sua dimensão secular de valores”, pouco sensível à dimensão perene da vida humana”. Mas “os valores da Igreja não são os da sociedade, são inspirados no Evangelho e na dignidade do homem restaurada em Jesus Cristo. Os valores da Igreja não são apenas os valores religiosos mas também os valores universais, humanos, a que a vivência cristã acrescenta profundidade e radicalidade. Por isso, quando a Igreja se bate por esses valores, como a defesa da dignidade da pessoa humana ou a defesa da vida ou a defesa da família, não o faz por serem valores religiosos mas por serem valores humanos profundamente radicados nas tradições culturais da humanidade.

2. D. José e as relações da igreja com o estado

O Senhor D. José contribuiu, de forma marcante, para a *consolidação da democracia* no nosso país, ao assinalar aos católicos a autonomia do Estado e da política, e aos portugueses a autonomia e liberdade da Igreja. Se o Cardeal D. António Ribeiro foi o Patriarca da *transição*, pode justificadamente afirmar-se que o Cardeal D. José Policarpo foi o Patriarca da *consolidação* da democracia. Frequentemente pressionado para intervir no curso social e político, fê-lo sempre sem se imiscuir em terrenos que não eram os seus. Preferiu sempre o anúncio à denúncia, embora nunca deixasse de afirmar princípios e de criticar orientações que lhe eram contrárias, quando necessário. Defendeu sempre a independência da Igreja em face do Estado e da política, e relações entre o Estado e a Igreja fun-



Atento aos sinais dos tempos – tema da sua tese de doutoramento – foi um homem de diálogo com o mundo, sem nunca se deixar confundir com ele

dadas no respeito mútuo, na liberdade de ambos, e na cooperação, de que a Concordata de 2014 é expressão, e cujo êxito de assinatura muito lhe ficou a dever.

Aceitava a democraticidade e a laicidade do Estado, mas não a laicidade da sociedade, e acolhia positivamente a separação entre o Estado e a Igreja. A essa luz era defensor intemerato da liberdade da Igreja, e do seu espaço de actuação, rejeitando que nisso fosse visto qualquer reivindicação de privilégios que enjeitava.

Quem define o que é “a natureza da missão da Igreja na sociedade” – dizia – é a Igreja “e não o Estado”. Recusava que se visse nisso qualquer “intervenção política da Igreja ou exigência de privilégios”. O que a Igreja reivindicava do Estado eram tão só “condições para o exercício da sua missão”, como no caso das capelanias hospitalares e prisionais, nas forças armadas e de segurança, o ensino da religião nas escolas públicas, a escola católica, isto é “reconhecimento da sua missão e espaço de liberdade”.

D. José Policarpo, preferia “o espaço da insistência e da persuasão”, e rejeitava o caminho da pressão na praça pública, “embora – reconhecia – esse seja um meio utilizado em democracia por outras forças sociais.

A política era um terreno que não era alheio às preocupações pastorais do Patriarca de Lisboa e do teólogo universitário. O entendimento que patenteava do que deviam ser as relações entre a Igreja e o Estado, de mutua autonomia, respeito e cooperação, fez do Senhor D. José um “padre conciliar” que, uma vez enjeitada a confessionalização da intervenção política, nem por isso deixava de incentivar à intervenção laical em nome de princípios e de valores, no respeito pelo justo pluralismo delimitado pela consciência cristã rectamente formada.

Numa batalha se envolveu com particular denodo e coragem: a da liberdade de ensino, reivindicando ao Estado que assumisse as suas responsabilidades e criticando as tentativas de crescente monopólio do Estado na educação. Tive o privilégio da sua companhia, na reivindicação da liberdade e da autonomia da Universidade Católica, quando contra ela se levantaram forças poderosas, e na exigência do tratamento paritário e não discriminatório dos seus alunos em relação aos demais estudantes universitários das escolas estatais. Foi firme na

defesa dos princípios da subsidiariedade e da supletividade do Estado.

3. D. Jose e a relação entre a cultura e a religião, entre a fé e a razão científica

D. José Policarpo foi também um *homem de diálogo*: diálogo da religião com a cultura, diálogo da fé com a ciência, diálogo dos crentes com os não crentes, diálogo dos cristãos com as outras confissões, sem nunca abdicar da firmeza das suas convicções, dos princípios e valores que nortearam sempre a sua actuação. Atento às realidades e aos homens da cultura, da ciência, da comunicação social e das artes, sobretudo de outros quadrantes que não o seu, promoveu iniciativas de encontro e de abertura. Era um homem de integração, mesmo daqueles que não pensavam como ele ou não eram crentes.

Entendia as relações da Igreja com a cultura como fundamentais, porque a fé se transformara em cultura, encontrava convergência entre os seus valores e os de outras culturas. A fé fora elemento de mutação cultural, e devia continuar a sê-lo. A Igreja devia ser um elemento activo e interveniente no processo dinâmico da evolução cultural. Entendia por isso a cultura como terreno de evangelização, e via a Universidade Católica como um agente privilegiado dessa evangelização da cultura e da ciência.

“A categoria maior da concepção de cultura do Senhor Patriarca – disse o Prof. Carmo Ferreira – de muitos modos expandida, ad intra como orientação da comunidade eclesial e ad extra como proposta de uma outra inteligibilidade para o curso dos acontecimentos, parece-me ser a da presença. São modalidades axiais dessa presença a atenção, a intervenção, a fidelidade, e o deslumbramento”.

Reconhecia o Senhor D. José que muitas vezes a Igreja lidara mal com a evolução cultural, adoptando posições demasiado defensivas em vez de tentar perscrutar os sinais de esperança que a novidade trazia consigo.

Como teólogo, o Senhor D. José foi reconhecidamente um homem de cultura, apostado em promover não apenas o diálogo entre o evangelho e a cultura, mas sobretudo em dar-lhe a unidade e a perenidade que a catolicidade do cris-

tianismo possibilitam. Como repetidamente sublinhou nos seus escritos, em vários volumes, o Senhor D. José não se cansava de chamar a atenção para o carácter fragmentário e transitório da cultura contemporânea, e para o imprescindível contributo que o evangelho lhe pode dar em termos de síntese e de consistência intemporal. Daí a urgência da evangelização da cultura, como dignificação e elevação da cultura.

Como homem de ciência que também era, o Senhor D. José exprimiu na sua actividade académica e na sua vida intelectual, uma constante preocupação por fecundar a fé com a ciência e de espiritualizar a ciência pela fé. Este diálogo, traduzido na sua própria actuação, foi uma recorrente proposta nas suas intervenções académicas, procurando eliminar suspeitas de incompatibilidade ou de desentendimento, e traçando limites éticos à investigação e à sua utilização pública.

“Para D. José – disse o Prof. Henrique Leitão – a relação entre a razão científica e a fé, se por um lado não transporta necessariamente uma ameaça ao crente, também não pode, por outro lado, ser vivida num fixismo de convicções religiosas superficiais e práticas rotineiras. O encontro da ciência com a fé impele obrigatoriamente o crente a uma maior maturidade na vida da fé. Ou, para dizer de outro modo, também a Teologia é convidada a abrir e ler com atenção o “Livro da Natureza”.

Promoveu encontros com os homens da cultura, das artes, da comunicação social, com os homens da ciência. Aceitou debater publicamente a laicidade e a fé, o ateísmo e a religião.

Fomentou as relações com as outras confissões. Amigo de Aga Kahn, que o estimava e admirava, abriu-lhe as portas de Portugal e do Patriarcado, celebrando com ele um importante Protocolo.

4. D. Jose e a universidade

O Senhor D. José foi ainda um *universitário*, e um homem de educação, empenhado na descoberta e na transmissão da verdade. A sua actividade pastoral esteve, desde os primórdios, ligada à educação, e de forma muito particular à Universidade Católica Portuguesa. Pode por isso dizer-se, com propriedade, que a *Universidade Católica* foi, de forma eminente, obra sua.

Nela deixou marcas indeléveis, que a tornaram na grande instituição que é hoje, no plano nacional e internacional.

O Senhor Dom José não foi um Reitor comum. Não me refiro apenas ao grande período da expansão que a Universidade Católica conheceu sob sua orientação, à proliferação de novos pólos, de novos cursos e de novas actividades, nem mesmo à visão estratégica de criação de bases para uma Universidade com autonomia no panorama universitário português. Claro que o que concebeu e concretizou, o que sonhou e projectou, mesmo para além dos seus mandatos, notabilizam a sua passagem pela Reitoria. Mas o que mais destacou e enobreceu a sua actuação como Reitor foi seguramente o facto de ser simultaneamente bispo. A autoridade episcopal reforçou a sua autoridade reitoral. A actividade pastoral enriqueceu a sua actuação institucional.

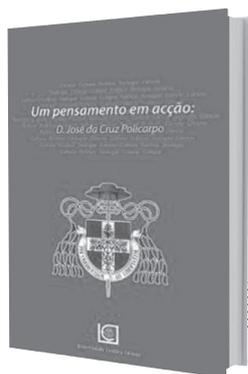
Ninguém, entre todos os que tiveram o privilégio de ter o Senhor Dom José como Reitor, via nele apenas o universitário investido em funções reitorais, mas também, e sobretudo, o pastor, o homem de Igreja, que mobilizava e impulsionava, que em nome de superiores perspectivas convidava e entusiasmava para um serviço maior da Igreja e da sociedade portuguesa.

As marcas que deixou na Universidade, e foram tantas, não foram apenas sinais académicos, mas também pegadas de um caminho mais largo e mais longo rumo à eternidade.

Por outro lado, o Senhor Dom José não foi também um bispo vulgar. O seu episcopado foi fertilizado pela sua vida universitária, não apenas a que teve antes, como professor de Teologia e como Director da Faculdade, mas sobretudo a que viveu depois como Reitor. A Universidade foi para o seu episcopado um palco e um terreno de actuação que lhe granjeou a projecção e o alcance que todos lhe reconhecem.

Desde logo pela amplitude intelectual e cultural da sua intervenção pastoral. O Senhor Dom José sempre foi considerado como um bispo culto, inteligente e erudito. E para isso contribuía a sua formação teológica, mas também o desempenho de funções académicas, a aquisição de uma mundividência universitária sobre os problemas e os dilemas da vida, que testemunhava nas suas múltiplas intervenções.

Mas também pela sua influência nas elites portuguesas, que se habituaram



**Um
Pensamento
em Acção**
**D. José da Cruz
Policarpo**
Universidade
Católica Editora,
Lisboa, 2011

seguir-lo e a estimá-lo, ou pelo menos a respeitá-lo e admirá-lo. E para isso muito contribuiu o seu estatuto universitário.

O Senhor Dom José Policarpo foi justamente por isso, um bispo universitário, como em tempos escrevi sobre ele. O seu ministério sacerdotal, e o seu munus episcopal, foram traduzidos sobretudo na sua vida universitária. Pode dizer-se que a sua função de Reitor da Universidade foi valorizada pelo seu múnus episcopal, e que a sua missão de pastor se reforçou com as tarefas universitárias da Reitoria.

Tive o privilégio de merecer a sua confiança, e de com ele colaborar muito proximamente, durante muitos anos, como Reitor da Universidade Católica, sendo ele Magno Chanceler. De uma coisa quero dar público testemunho: a forma como sempre respeitou a *autonomia académica* e a liberdade da Universidade e dos seus órgãos. Respeitava as decisões das autoridades académicas, e fazia-as respeitar a quem as pretendia por vezes condicionar. Quantas vezes me perguntaram pela intromissão da autoridade eclesiástica na vida da Universidade, a que sempre tive que responder pela negativa. O que não significava que não me desse o seu conselho, sempre que lho pedia, o que me traçasse orientações quando lhas solicitava. Recordo que um dia lhe levei uma questão delicada, a de saber como interpretar a exigência de conformidade de vida moral exemplar dos professores com a doutrina da Igreja. “A Igreja – respondeu-me – exclui da comunhão, mas não da comunidade”.

Sempre me acompanhou nas grandes orientações da Universidade, secundando os meus esforços, aliás por si iniciados, de autonomia crescente da Universidade em face das outras universidades e do Estado, e de afirmação internacional. E mesmo quando tive que contrariar orientações

que adoptara no seu tempo, como a expansão excessiva da Universidade, e que promover ao invés a maior concentração, com encerramento de polos, para internacionalizar, nunca deixou de me acompanhar e secundar.

5. D. José e o laicado na igreja

O Senhor D. José Policarpo foi um *Bom Pastor*, com grande capacidade de mobilização e de integração de colaborações, e alguém que, na Igreja, soube dar aos *leigos* o lugar de acordo com as suas responsabilidades.

D. José Policarpo era, pela fé que o animava, um optimista, e um empreendedor, que sabia arriscar. Confiava nos homens, apesar das suas fraquezas. Não tinha uma visão derrotista do futuro, apesar das nuvens negras que por vezes o envolviam. Tinha um sentido de humor e uma finíssima ironia, que relativizavam as limitações e os obstáculos nos empreendimentos em que se comprometia.

Preocupava-o a identificação da Igreja com o clero, feita sobretudo pelos seus inimigos. Por isso pretendia contribuir para a desclericalização da Igreja, promovendo o protagonismo dos leigos na Igreja, ainda demasiado alheios e distantes das suas responsabilidades. Promovia a sua intervenção autónoma, e pretendia ver os leigos a assumir a iniciativa, em comunhão com toda a Igreja. Não hesitou em nomear o primeiro Reitor leigo e a primeira Reitora mulher da Universidade Católica.

Como Bom Pastor preocupava-se com todo o rebanho à sua guarda e, muito especialmente, pelos que andavam fora do aprisco. Dedicou especial atenção às suas ovelhas desgarradas. Sabia correr riscos para as fazer voltar ao redil.

O seu desaparecimento inesperado gerou, nos que ainda esperávamos muito da sua actuação, um sentimento de perda irreparável. Deus escreve a história, muitas vezes, ao contrário dos nossos desejos e das nossas expectativas.

Estou certo que o Senhor D. José Policarpo vai continuar a cuidar de todos nós, como nosso intercessor junto de Deus. ■

*** Apresentação na Livraria Ferin, do livro publicado em honra do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José da Cruz Policarpo, com os discursos do Colóquio que a UCP promoveu em sua homenagem na celebração dos seus 75 anos de idade e 50 de sacerdócio.**